



Secretaria de Portos da Presidência da República

Brasília - DF



Departamento de Revitalização e Modernização Portuária

Sumário

- Situação do Setor Portuário Nacional sob a Responsabilidade da SEP/PR
- Plano Nacional de Contingência – Decreto nº 8.127/2013
- Programa de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária;
- Considerações Finais

Situação do Setor Portuário Nacional sob a responsabilidade da SEP/PR

Síntese

Atual

- 35 Portos Marítimos Públicos:
 - ✓ 18 Portos vinculados às Companhia Docas;
 - ✓ 16 Portos Delegados e 1 TUP estadual (Porto do Pecém/CE)
- 129 TUPs;
- 320 Portos e Terminais Fluviais e Lacustres;

Previsão Curto Prazo

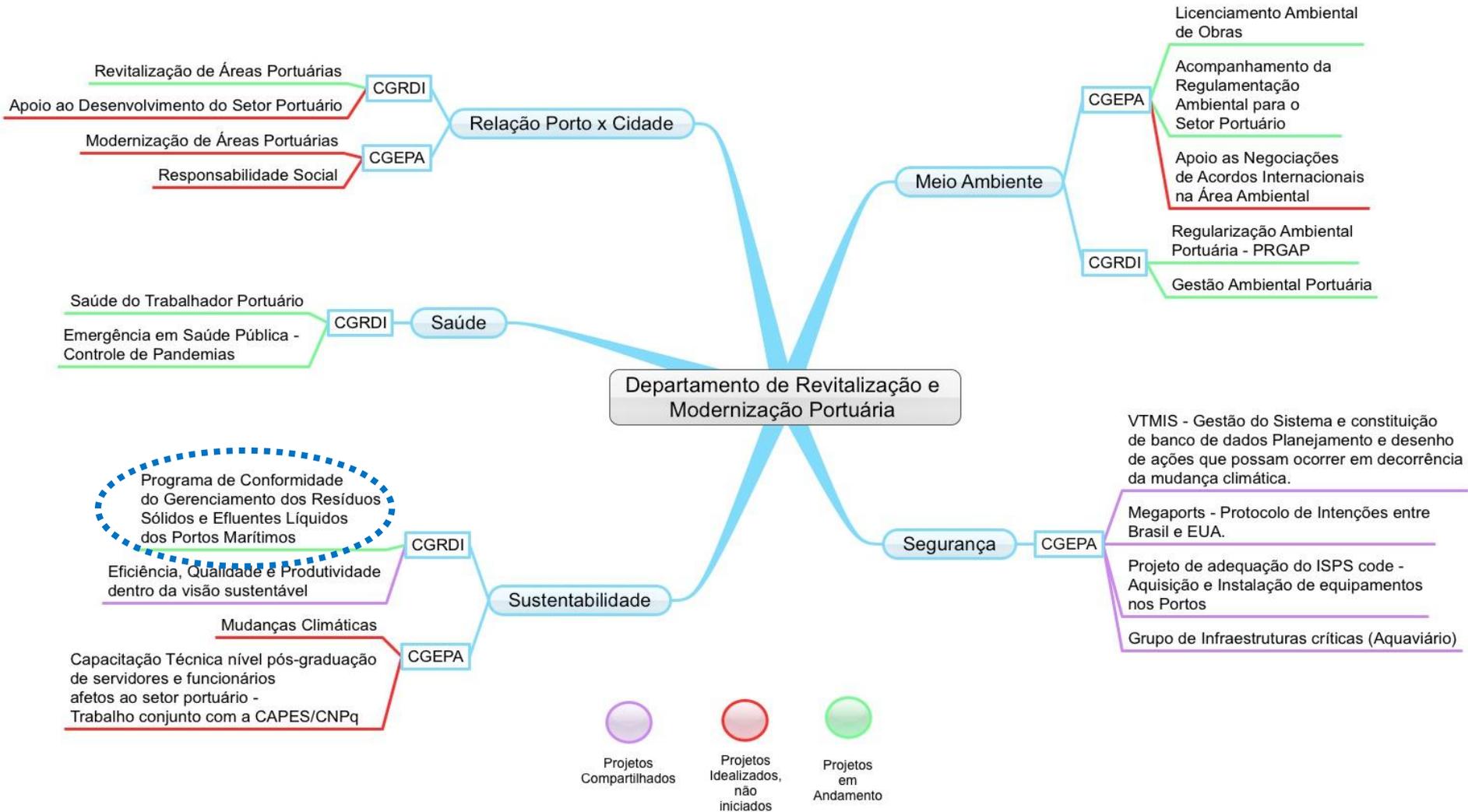
- 159 Contratos de Arrendamentos a serem licitados nas áreas dos Portos Organizados;
- 99 TUPs em processos de autorização na ANTAQ;

Departamento de Revitalização e Modernização Portuária

DRMP

- Redução e mitigação das externalidades negativas derivadas das atividades portuárias;
- Promoção da ampla integração da atividade portuária e seu desenvolvimento, com a cidade e região;
- Proteção das condições do trabalho e saúde do trabalhador portuário e da população em geral;
- Desenvolvimento normativo e Intersetorial ;
- Aperfeiçoamento da Gestão Ambiental

DRMP



• Artigo 12 – Comitê de Suporte (Competências para a Secretaria de Portos)

- “Divulgar e manter atualizadas as informações sobre a malha viária interna e de acesso aos portos organizados e terminais privativos.
- Facilitar o trânsito de materiais e equipamentos nas vias terrestres internas e nos acessos marítimos dos portos e aos terminais marítimos.
- Definir procedimentos a serem adotados pelos portos públicos e terminais privados marítimos para recebimento, movimentação e armazenamento de materiais e equipamentos utilizados nas ações de resposta.
- Divulgar e manter atualizadas informações a respeito das facilidades dos portos públicos e terminais privados marítimos para utilização nas ações de resposta quando do recebimento, movimentação e armazenamento de materiais e equipamentos”.

• Artigo 22 – Os órgãos e entidades integrantes do Comitê de Suporte poderão expedir atos sobre os procedimentos necessários ao cumprimento de suas competências, no prazo de 180 dias, contado da data de publicação do Decreto.

Programa de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária PRGAP

Justificativa

O processo de regularização ambiental, objeto do PRGAP, configura-se como ferramenta que permite a legalidade, eficiência e efetividade das atividades portuárias.

Total de Portos Marítimos Públicos: 35

Vinculados às Companhia Docas: 18

Com Licença de Operação: 8

Que aderiram ao PRGAP: 10

Portos Delegados

com Licença de Operação: 15

(Pelotas e Porto Alegre em processo de licenciamento no OEMA).

Licenciamento Portuário

LICENCIAMENTO AMBIENTAL PORTUÁRIO				
CIA DOCAS	PORTO	LICENÇA	ÓRGÃO LICENCIADOR	PRGAP
CODERN	AREIA BRANCA - RN	PRGAP	IBAMA	X
	NATAL - RN	PRGAP	IDEMA	X
	MACEIÓ - AL	PRGAP	IMA	X
CODEBA	SALVADOR - BA	PRGAP	IBAMA	X
	ARATU - BA	PRGAP	IBAMA	X
	ILHÉUS - BA	PRGAP	IBAMA	X
CDRJ	RIO DE JANEIRO - RJ	PRGAP	INEA	X
	ITAGUAÍ - RJ	PRGAP	INEA	X
	NITEROI - RJ	NP	INEA	
	ANGRA DOS REIS - RJ	NP	INEA	
CODESP	SANTOS - SP	PRGAP	IBAMA	X
	LAGUNA - SC	LO	FATMA/SC	
CDC	FORTALEZA - CE	LO	SEMACE	
CODESA	VITÓRIA - ES	LO	IEMA/ES	X
	BARRA DO RIACHO - ES	NP		
CDP	BELÉM - PA	LO	SEMA/PA	
	SANTARÉM - PA	LO	SEMA/PA	
	VILA DO CONDE - PA	LO	SEMA/PA	
DELEGADOS	PORTO	LICENÇA	ÓRGÃO LICENCIADOR	
EMAP	ITAQUI - MA	LO	SEMA/MA	
CIA DOCAS DA PARAÍBA	CABEDELO - PB	LO	SUDEMA/PB	
PORTO DE RECIFE	RECIFE - PE	LO	CPRH/PE	
CIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO	SÃO SEBASTIÃO - SP	LO	IBAMA	
APPA / ESTADUAL	ANTONINA - PR	LO	IBAMA	
	PARANAGUÁ - PR	LO	IBAMA	
SPH / ESTADUAL	PELOTAS - RS	NP	FEPAM/RS	
	PORTO ALEGRE - RS	NP	FEPAM/RS	
	CACHOEIRA DO SUL - RS	NP	FEPAM/RS	
SUPRG / ESTADUAL	RIO GRANDE - RS	LO	IBAMA	
SNPH / ESTADUAL	MANAUS - AM	LO	IPAAM/AM	
CDSA / MUNICIPAL	MACAPÁ - AP	LO	IMAP/AP	
APFS / MUNICIPAL	SÃO FRANCISCO DO SUL - SC	LO	IBAMA	
ADOCH / MUNICIPAL	ITAJAÍ - SC	LO	FATMA/SC	
COMAP / MUNICIPAL	FORNO - RJ	LO	IBAMA	
AUTORIZAÇÃO	PORTO	LICENÇA	ÓRGÃO LICENCIADOR	
ESTADUAL	SUAPE	LO	CPRH/PE	
CONCESSÃO	PORTO	LICENÇA	ÓRGÃO LICENCIADOR	
PRIVADA	IMBITUBA - SC	LO	FATMA/SC	
ESTADUAL	PORTO	LICENÇA	ÓRGÃO LICENCIADOR	
ESTADUAL	PECÉM - CE	LO	IBAMA	

Gestão Ambiental Portuária

Premissa: Atender as determinações legais nacionais e internacionais de sustentabilidade, procurando dotar os portos de um diferencial competitivo, os quais passam a ser fornecedores de serviços ambientais, e não mais geradores de impactos ambientais negativos.

Ações	Nome	Nº de Portos beneficiados
1	Implementação de Gestão Ambiental Portuária	35
2	Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária - PRGAP	10
3	Proposta de unificação das Licenças do porto organizado para a Implementação da Gestão Ambiental Integrada e auto licenciamento	35
4	Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos dos Portos Marítimos Brasileiros	22
5	Proposta de Estruturação da área de meio-ambiente nas Administrações Portuárias	35
6	Criação do Fórum Permanente de Gestão Ambiental Integrada (coordenar as ações de resposta a emergência nos portos organizados)	35

Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos Brasileiros.

- **UFRJ** coordena rede de 14 universidades federais;

- Acompanhamento do Piloto de Plano de Contingência para Óleo, parceria com a Universidade Estadual do Paraná e Porto de Paranaguá no projeto:

"Estruturação, implementação e gerenciamento de uma base especializada no resgate e na despetrolização da fauna, em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP)"

- Esta iniciativa está sendo ampliada e aprofundada pela rede de 14 universidades e centros de pesquisa criada pela SEP/PR no âmbito do Projeto de Resíduos e Efluentes dos Portos, em sua maioria federais, dos estados litorâneos do Rio Grande do Sul ao Pará.

Gestão Ambiental Portuária

Fórum Permanente de Gestão Ambiental Integrada - FPGAI

Objetivo:

Criar um ambiente de troca de informações, definindo uma visão comum da Gestão Ambiental Portuária com ênfase nos seguintes aspectos:

- ✓ ampliação de escopo do mero cumprimento da legislação ambiental aplicável, para o do desenvolvimento portuário ambientalmente sustentável;
- ✓ integração do porto com os ambientes circundantes, incluindo a adequada relação portocidade;
- ✓ gestão integrada dos fatores relacionados ao meio ambiente, à segurança e à saúde ocupacional e
- ✓ visão sistêmica de qualidade no desempenho econômico da atividade portuária, para que esta possa se submeter aos critérios de competitividade e excelência que adotam os sistemas de certificação ambiental.

Área da Poligonal do Porto de Santos – SP



Considerações Finais

- Nova visão de Gestão Ambiental no setor portuário, buscando fortalecer a relação entre o aumento da eficiência ambiental e os aspectos financeiros decorrentes da geração de receitas oriundas de práticas e serviços ambientais;
- Criação de mecanismos para mudança de cultura e implementação de processos de planejamento, com visão integrada da Gestão Ambiental e Desenvolvimento Econômico;
- Necessidade de implementação de parâmetros e indicadores ambientais que balizem avaliação do desempenho atrelados a eficiência econômica e operacional dos portos, gerando ativos competitivamente vantajosos;
- Estabelecer critérios e procedimentos necessários à unificação das Licenças de Operação junto aos Portos Organizados, gerando celeridade nas ações de resposta;



**Secretaria de Portos da
Presidência da República**

OBRIGADO!

ANTONIO MAURICIO FERREIRA NETTO



Departamento de Revitalização e Modernização Portuária